

EDITORIAL

O dossiê “Povos e comunidades indígenas e tradicionais: (Re)existências, saberes e luta por direitos,” surge de um Grupo de Trabalho (GT) homônimo coordenado pelos organizadores desta edição, no evento I Simpósio Amazônico de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), que ocorreu em setembro de 2022. A proposta inicial do GT era receber pesquisas sobre a região Amazônica, que pensassem as relações dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais com os territórios diante de mudanças sociais hostis impostas pelo capital na região. Os questionamentos colocados em debate no GT foram: Como nas Amazônias povos tradicionais desenvolvem suas identidades, ciências e educações? Quais as diversas violências e os conflitos socioambientais que enfrentam? Quais são suas articulações para as lutas e garantias de preservação de seus territórios e efetivação de seus direitos? Quais são seus protagonismos e memórias? Devido ao intenso número de pesquisas que o GT recebeu, decidimos continuar com a proposta que havíamos pensado para ele, em um outro formato. Assim, articulamos juntos a Revista Das Amazônias esta edição especial. A maioria dos artigos aceitos debatem a Amazônia, alguns poucos voltam-se para outras regiões do Brasil, todavia, sempre dentro do debate proposto.

É importante evidenciar que o Grupo de Trabalho e este dossiê nascem e se desenvolvem em meio ao final do governo Bolsonaro, transição e posse para o terceiro mandato do atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva. O primeiro governo mencionado, marcado por retrocessos nas políticas voltadas para os povos indígenas, quilombolas e questões socioambientais. O segundo governo, marcado pela esperança de reestruturação e melhora de planos de governo voltados para estas comunidades. Mas, em meio ao atual cenário político, os aliados do bolsonarismo continuam na tentativa de enfraquecer as populações mais vulnerabilizadas. As imagens que formam a capa do dossiê, tem por objetivo evocar os protestos contra o Marco Temporal, uma tese que defende que os povos indígenas somente podem reivindicar os territórios em que estavam na data de 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição Federal. A tese não leva em consideração os processos de expulsão dos povos e invasões aos territórios, que datam de cinco séculos atrás. Voltando a ser votada em junho deste ano e na eminência de ser julgada antes do final do ano de 2023; por conseguinte, mesmo vencido o bolsonarismo no poder executivo, ele continua atuante no legislativo, demandando igual oposição das comunidades tradicionais e de seus aliados, na luta contra o genocídio. Os artigos que se articulam

ao debate da capa, são os que abrem o dossiê. A seguir organizamos uma breve apresentação dos conteúdos que o formam.

POVOS INDÍGENAS

O artigo INDIGENISMO E MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL de autoria de Ivan Rodrigues dos Santos, desenvolve reflexão sobre o processo de criação, construção de identidade e consolidação do movimento indígena no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Em sua pesquisa, o autor busca discutir as políticas apresentadas pelo movimento indígena durante este período, pensando também, o protagonismo durante o processo de Assembleia Nacional Constituinte e a construção da Constituição Federal de 1988. Considerando, ainda que, o jornal *Porantim* foi uma importante fonte da pesquisa para Rodrigues. A leitura do texto, nos leva a compreender as raízes da atual configuração do movimento indígena no Brasil.

A pesquisa O BRASIL CONTEMPORÂNEO EM “NÃO SE COME DINHEIRO” DE AILTON KRENAK de Indirah Natali Silva Soares, é definida pela autora, como uma contribuição para a história indígena. Nele, apresenta a trajetória de Ailton Krenak, seus conhecimentos e os mundos pelos quais transita. Ao mesmo tempo, em que seu foco é o debate sobre a interpretação do Brasil contemporâneo existente em sua obra “Não se come dinheiro”. Soares, leva em consideração as percepções críticas acerca dos temas: ambiental, social, pandemia de COVID-19 e visões sobre o futuro do planeta em meio aos avanços das práticas capitalistas. A leitura de Soares, nos faz refletir sobre as narrativas de fim do mundo, que são impulsionadas pelo capitaloceno. Assim, como sobre as possibilidades de se adiar este fim, a partir dos pensamentos e práticas dos povos originários. O texto de Soares é caminho para entranhar-se no pensamento e obras de Krenak. Mas, também é possibilidade de instigação, para enveredar-se pelas falas e obras de outras e outros autores indígenas.

O artigo MULHERES APINAJÉ: PROTAGONISMO NA ESFERA POLÍTICA, escrito por Carina Alves Torres, Sheila Baxy Pereira de Castro Apinajé e Laylson Mota Machado, é apresentado pelos autores como uma discussão do protagonismo das mulheres do povo Apinajé, frente às demandas políticas, através do histórico de luta e inserção destas na chefia de aldeias, reuniões e eventos políticos. O protagonismo das mulheres indígenas em movimento, ganha uma primeira projeção midiática no Brasil com o episódio em que Tuire Kayapó passa por uma fileira de homens e encosta o facão no rosto do então presidente da Eletronorte, em um ato de protesto contra a

construção da hidrelétrica de Kararaô, atual Belo Monte. Desde as décadas de 1970 e 1980 as indígenas mulheres vêm se organizando em assembleias, associações e articulações, em que debatem as especificidades de seu gênero, povos e territórios. Em projeção nacional, hoje temos a Associação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), as edições das Marchas das Mulheres Indígenas, Joenia Wapichana como primeira presidenta indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Sônia Guajajara como Ministra dos Povos Indígenas (MPI). Pensando na crescente demanda de pesquisas bibliográficas com mulheres originárias, o artigo de Torres, Apinajé e Machado, é contribuição valiosa para a história do movimento indígena e de mulheres no país, fazendo isto partir das especificidades das parentas Apinajé.

Ainda no debate com as mulheres indígenas, temos a entrevista TYTĀN FI VĀSĀN RIKE HAN - LUTE COMO UMA MULHER INDÍGENA de Flávia Gisele Nascimento com Camila MigSá, mulher Kanhgág do clã Kamé. O diálogo entre as duas, tem por objetivo apresentar a trajetória de MigSá, colaboradora da Mídia Índia Oficial e artista plástica, que já participou de exposições, tais como “Véxoa: Nós sabemos” realizada em 2020, na Pinacoteca de São Paulo. As perguntas motivadoras desta conversa, também circularam em torno do debate sobre os protagonismos e lutas das mulheres Kaingang. Nisto Nascimento, percebe as exclusões sociopolíticas que as mulheres indígenas sofrem e conclui a importância de se criar espaços de escuta e de se mostrar uma outra perspectiva do feminismo. A entrevista com MigSá, amplia as possibilidades de se pensar os processos de luta das mulheres indígenas, suas relações com a arte e com os museus. Aliás, pensar as mulheres indígenas nos museus brasileiros é um debate fundamental na contemporaneidade.

Para melhor compreender como se constituem as sociabilidades das sexualidades indígenas, é necessário escutar e ler o que pesquisadores originários, têm a dizer sobre o tema dentro de suas próprias cosmologias e transitoriedades pelos territórios e mundos. O artigo NA MARGEM DA VISIBILIDADE: INDÍGENAS POTIGUARAS LGBTQIAPN+ DA PARAÍBA NO CONTEXTO DO ALDEAMENTO E DA CIDADE de autoria de José Marcos Nascimento Pontes e Dayane Nascimento Sobreira, tem como primeiro autor o pesquisador indígena potiguara gay, “que escreve sobre os enfrentamentos frente à homofobia e discriminações tanto dentro das aldeias quanto na cidade – e mesmo na Academia”. Os autores definem o objetivo da pesquisa como “sinalizar a existência dos Indígenas Potiguaras LGBTQIAPN+ dos aldeamentos e núcleos urbanos do Litoral Norte Paraibano”. Através desta sinalização, buscando ampliar os debates sobre as sexualidades indígenas e as múltiplas violências que potiguaras LGBTQIAPN+ podem sofrer dentro e fora dos

territórios. Mas, também, ampliam-se os debates que traçam estratégias de acolhimento, visibilidade e respeito.

O artigo *A DIVERSIDADE DA VIDA NOS TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS: ONDE A FIGURA MÍTICA DA COBRA SE MULTIPLICA EM DIFERENTES SENTIDOS DE MUNDO(S)* de autoria de Pâmela Damilano dos Santos, reúne narrativas de origem sobre as tradições culturais que coexistem Amazônia. Partindo-se da cobra, para se pensar a diversidade cultural e a biodiversidade dos territórios. Santos debate sobre a origem da vida, rituais de cura, psicologia indígena e arte feminina. As narrativas da cobra como figura encantada, que protegem os rios e os territórios, que fazem acordos com as pessoas e com os pajés, das cobras que se assemelham e se relacionam com as mulheres originárias, são algo de amplo alcance nas Amazônias.

A pesquisa *POVOS INDÍGENAS E SUAS LUTAS POR DIREITO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL: O CASO DA ALDEIA AÇAIZAL, REGIÃO DO PLANALTO SANTARENO, PARÁ-BRASIL* de autoria de Hellen Regina Martins Rocha e Claudio Emídio-Silva é artigo que apresenta a aldeia Açaizal do povo indígena Munduruku, contextualizando a realidade deste povo e aldeia em plena ocupação da região por plantadores de soja e milho em formato de monoculturas que empobrece a biodiversidade local. A partir de relatos dos indígenas surgem no texto as violações dos direitos fundamentais da comunidade, por parte do Estado. Além das violações de direitos ambientais, os autores apresentam a organização do movimento indígena no Baixo Tapajós-Arapiuns e o porquê de a educação escolar indígenas não se estabelecer plenamente.

Os/as autores/as Valéria Rocha dos Santos, Nilson Barros da Silva e Flávio da Silva Dutka trazem uma discussão sobre a implementação da lei 11.645/2008 em estabelecimentos de ensino de um município do estado de Rondônia. Intitulado *LEI 11.645/2008: O QUE DIZEM OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA?* o texto garante um olhar qualificado de como a pauta da implementação do ensino de história e cultura dos povos indígenas nas escola vem sendo garantido. Ao final, é diagnosticado que há muito a ser construído para que a letra da lei seja construída no cotidiano da prática escolar naquele município.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A pesquisa de Jelly Juliane Souza de Lima intitulada *NEGROS E INDÍGENAS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E GUIANA FRANCESA: O CASO DA COMUNIDADE “MISTURADA” QUILOMBOLA KULUMBU DO PATUAZINHO* garante uma percepção sobre as relações de negros e indígenas estabelecidas na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. A autora ressalta que há muito a ser desnudado nesse contexto de múltiplos contatos e aproximações entre atores sociais diferentes. Ao propor uma metodologia de construção da pesquisa com a comunidade local, a autora apresenta em seu artigo a formação do quilombo como uma consequência das diferentes relações estabelecidas entre os grupos originários. Torna-se necessário enfatizar que os estudos dessas relações no contexto da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa ainda são incipientes, o que torna o artigo de Lima um reforço importante para avançar nesse debate.

O artigo *A NARRATIVA DOS SILENCIADOS, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E AS ALTERAÇÕES NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS TITULADOS*, de autoria de Flávia Silva dos Santos e Amilton Bitencourt Azevedo, apresenta uma reflexão a partir de um estudo de caso do processo de titulação da comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus, que é a comunidade de origem dos autores do artigo. A partir desse estudo é pontuada a importância da titulação dos territórios quilombolas para a vivência da comunidade. Desse estudo resultou o detalhamento do caminho para a titulação, a partir da propositura de um organograma contendo os passos a serem alcançados, o que pode ajudar outras comunidades a conquistarem seu direito ao território.

O texto *PROCISSÕES E REPRESENTAÇÕES: COSMOLOGIAS AFROINDÍGENA NOS FESTEJOS DE SANTOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E UMA ABORDAGEM DECOLONIAL*, Aldeci da Silva Dias constrói um estudo em que apresenta uma discussão a respeito das festas de santos na Amazônia a partir de uma análise da Nova História Cultural e decolonial. Ao longo do texto o autor expõe a criatividade dos grupos amazônidas que constroem as festas de santo para reafirmar o sentido e a luta por sua identidade religiosa, fazendo valer o sentido de grupo e buscando perpetuar suas práticas ancestrais.

RACISMO AMBIENTAL, CONFLITOS, DESENVOLVIMENTISMO

O trabalho intitulado LUTO E LUTA PELA TERRA: UMA REVISITA AO CAMPO MARANHENSE A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE UMA VIÚVA CAMPONESA, de autoria de Aline Souza Nascimento traz uma interessante reflexão ao abordar o tema da luta pela terra e memória, partindo do estudo de caso que coloca a análise desse tipo de conflito dentro de uma perspectiva diversa: ao presenciar a morte do seu companheiro, uma mulher trabalhadora rural mata seu algoz. A partir de suas memórias, a autora constrói ainda uma análise dos conflitos agrários no campo maranhense, evidenciando o papel das mulheres nesse processo.

As consequências socioambientais dos denominados grandes projetos de desenvolvimento é objeto de reflexão do artigo DA VAZANTE PARA ROÇAS DE TOCO: OS CONFLITOS DA UHE DE ESTREITO (MA) NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ACAMPAMENTO CORAGEM, dos autores Lucas Moreira Amario e Laylson Mota Machado. A partir do estudo da instalação de uma hidrelétrica no estado do Maranhão os autores demonstram as mudanças sociais impostas por esse tipo de projeto às comunidades rurais impactadas, demonstrando os conflitos gerados e a mudança na relação com o território. O trabalho demonstra ainda a resistência da comunidade atingida em manter seus modos de vida mesmo no contexto de deslocamento, utilizando a memória como ferramenta.

O artigo A FRONTEIRA AMAZÔNICA BRASILEIRA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E RESISTÊNCIA de Maria Ferreira de Sousa traz o debate sobre a Amazônia como lugar a ser desenvolvido, sendo alvo historicamente de inúmeros projetos de dominação. Ao demonstrar a dinâmica de ocupação e desenvolvimento desse território, a autora reflete sobre os impactos ambientais e sociais do modelo imposto, sobretudo, para os povos tradicionais locais inseridos em conflitos pela defesa de seus territórios.

O debate sobre o campo ambiental como um campo de disputas é objeto de reflexão do texto RACISMO AMBIENTAL E COMUNIDADES CAIÇARAS NO BRASIL: ENTRE O “MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA” E O ECOTURISMO, de Cassiana Sare Maciel. A autora reflete sobre a relação entre a legislação ambiental restritiva e as comunidades tradicionais que fazem parte dos territórios alvos da legislação. A partir do estudo dos caiçaras da Mata Atlântica, a autora reflete sobre a aplicação de políticas ambientais que desconsideram a presença humana e se orientam por uma concepção da natureza alheia as dinâmicas sociais, desconsiderando a presença das denominadas comunidades tradicionais como parte do processo de preservação dessas áreas.

IDENTIDADES, ORALIDADE, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS

No texto UMA ANÁLISE TEÓRICA DO CONCEITO DE IDENTIDADE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS, Juliana Cristina Sousa da Silva realiza um cotejamento entre as conceituações de identidade entre os estudos culturais britânicos e os estudos culturais latinoamericanos. A autora conclui que a identidade é uma apropriação por parte do indivíduo ou grupo, de representações presentes na cultura. Estas representações das quais pode-se extrair traços de identidade podem ser devires ou tradições e laços comunitários, complexificadas pelos mosaicos culturais componentes da sociedade contemporânea.

O artigo “O ARAGUAIA QUE CORRE NA MINHA ALDEIA”: A RELAÇÃO IDENTITÁRIA DOS MORADORES DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA COM O RIO, de autoria de Ester Brito Parente e Anelino Francisco da Silva, aborda o rio Araguaia como um geossímbolo, ou seja, um elemento natural com significado simbólico. A pesquisa textualiza como os diversos moradores passados e contemporâneos do entorno do rio: povos indígenas, sertanejos, extrativistas, missionários, exploradores representaram o rio com simbolismos diferentes e estabeleceram cada diversas relações identitárias com o rio Araguaia.

De autoria de Elida Moura Figueiredo, o artigo SOZINHOS, MAS NEM TANTO: MEMÓRIAS E LUTAS CONTRA O ISOLAMENTO NUMA COMUNIDADE PESQUEIRA NO LITORAL NORDESTE DA AMAZÔNIA PARAENSE (1960-2020) tematiza o modo de vida da comunidade de pescadores Quarenta do Mocooca, no município de Maracanã, estado do Pará. A construção de uma estrada é divisor de águas na história da comunidade, instituindo um espaço de intercâmbios culturais e de conflitos, alterando o cotidiano da comunidade. A conclusão da autora é de a comunidade tem um presente marcado pela ambientação ao mesmo tempo no campo e na cidade, na modernização e na tradição, na natureza e na cidade, algo que se reflete na atual organização econômica entre a pesca tradicional e o turismo, que insere o cotidiano da comunidade na sociedade globalizada.

Intitulado UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA SOBRE O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO), de Joely Coelho Santiago, este texto investiga a história e a cultura de da cidade de Guajará-Mirim, fronteira Brasil-Bolívia, a partir das memórias e narrativas orais de moradores antigos e idosos da cidade. Os testemunhos coletados por meio das narrativas orais

permitiram evidenciar aspectos da história e modo de vida de populações do município silenciadas pela história oficial.

De autoria de Lavina Pereira da Silva, Rejane Cleide Medeiros de Almeida e Carina Alves Torres, o artigo QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: REPRESENTAÇÃO CULTURAL NO POVOADO PIAÇAVA-NAZARÉ/TO, narra a experiência social das quebradeiras de coco do povoado Piaçava, descrevendo seu trabalho de extrativismo e vendas de carvão e azeite, ao mesmo tempo, evidenciando o pensamento das parteiras sobre fatos simbólicos e históricos que constituem o território e suas percepções sobre as mudanças ambientais que ocorrem em seu município e como afetam seus meios de sobrevivência.

De autoria de Denise Machado Cardoso e Gabriel Silva Braga, o artigo intitulado PLANTAS ANCESTRAIS E A PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM DIÁLOGO COM A PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA, se insere no campo de estudos dos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade amazônica. Os autores realizam levantamento reflexivo da literatura científica sobre plantas medicinais produzida na Universidade Federal do Pará. Concluem que as pesquisas nas áreas de ciências exatas e das ciências da saúde focam na produção de medicamentos, enquanto as pesquisas na área de ciências humanas focam no significado social destes conhecimento e plantas na vida das comunidades tradicionais.